

---

# A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte e a profissionalização das professoras

WOJCIECH ANDRZEJ KULESZA\*

---

## Resumo

*A escolarização elementar mineira, desde finais do século XIX, caracterizou-se pela afluência majoritária de professoras, tendência posteriormente exacerbada em Belo Horizonte devido à sua urbanização previamente planejada para ser a nova capital do Estado. Neste trabalho, analisa-se o papel desempenhado pela Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, inaugurada em 1929, como coroamento da reforma de ensino do governo Antônio Carlos, na consolidação do profissionalismo da professora em Minas Gerais. A atuação dessa Escola no ensino e na pesquisa marcou profundamente a educação mineira em todas suas dimensões, com consequências perceptíveis no tempo presente. Destinada à formação de assistentes, ou inspetores de ensino, grau imediatamente superior ao cargo de professor na hierarquia escolar, a Escola viabilizou uma carreira para o professor, condição fundamental para sua profissionalização. Tributário da chamada nova história cultural, este trabalho focaliza a questão da profissionalização da professora primária expressa nos documentos oficiais da época, tais como, leis, decretos, exposições de motivos, regulamentos, etc. Como contraponto ao*

---

\* Wojciech Andrzej Kulesza é mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo, doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas, com Estágio Pós-doutoral na Auburn University nos Estados Unidos e na Universidade Federal de Minas Gerais. Professor titular aposentado do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, é membro do Grupo de Pesquisa "Ciência, Educação e Sociedade" da UFPB e do Centro de Pesquisa em História da Educação da UFMG. Entre suas publicações estão *Comenius: a persistência da utopia em educação* (Editora da Unicamp, 1992) e *A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte* (Appris, 2019).

*discurso oficial, procurou-se acompanhar a dinâmica da luta pela implementação da profissionalização das professoras, registrada pela imprensa da época em reportagens e crônicas, com especial destaque à memória de professoras e alunas presente em autobiografias, entrevistas e depoimentos. De forma inequívoca, esta investigação evidencia a suma importância exercida por essa Escola na profissionalização das professoras em Minas Gerais, inspirando a organização de outras categorias de trabalhadoras/es.*

**Palavras-chave:** Magistério primário. Gênero. Profissionalização docente

---

## Introdução

No decorrer de minhas pesquisas sobre as escolas normais, chamou-me a atenção um livro chamado *República Decroly*. Trazendo no título o nome de um dos pedagogos que inspiraram o movimento escolanovista no Brasil, o livro trata, de forma romancada, das peripécias de uma professora do interior matriculada numa instituição de ensino pós-normal na Belo Horizonte do início da década de 1930. Publicado originalmente em 1935, o livro causou polêmica na cidade por tratar da intimidade das professoras (ANDRADE, 1964). Para além da questão moral, o livro me interessou por tratar da formação pós escola normal da professora.

Quando se trata da qualidade do ensino, é recorrente, nas propostas de reforma educacional, o destaque conferido ao professor e à sua formação, sempre tendo em vista a necessidade de seu aperfeiçoamento. Historicamente, a escolarização do professor primário no Brasil vai se ampliando com o passar do tempo, passando-se do curso normal de nível secundário ao curso superior de pedagogia ministrado em Faculdades ou nas Universidades. Ensaiado em São Paulo e Rio de Janeiro a formação pós-normal, primeiro passo em direção ao ensino superior de pedagogia, foi concretizada pioneiramente em Belo Horizonte (RABELO; VIDAI, 2019).

A criação do “Pedagogium”, como a instituição foi denominada no romance, ilustraria um momento importante nesse processo de formação: o estabelecimento de vários tipos de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização, concebidos geralmente como extensão das escolas normais e estreitamente vinculados à especialização funcional do sistema escolar. Esses cursos procuravam atender a demanda da escola moderna para as mais variadas funções, inspetores, diretores, supervisores, orientadores, tendo como base comum a formação para o magistério. O estado de Minas Gerais foi pioneiro na organização desses cursos, já aventados na legislação de ensino em 1920 e previstos pelo regulamento de 1925, na forma de escola normal superior, exatamente para ministrar esses tipos de cursos (BARROS, 2009, p. 86; BICCAS, 2011, p. 160).

Esse modelo de instituição escolar, rebatizada como Escola de Aperfeiçoamento pela reforma Francisco Campos, seria finalmente concretizada em Belo Horizonte a partir de março de 1929. Contando com o concurso de professores especialmente arregimentados na Europa, pelo governo estadual, com destaque para aqueles ligados ao Instituto Jean-Jacques Rousseau em Genebra e, também, com professores mineiros que haviam sido previamente enviados para estagiar no Teacher’s College nos Estados Unidos, a escola mineira constituiria um marco decisivo na introdução da teoria e prática do escolanovismo na educação brasileira.

Interessado nos reflexos desse tipo de escola na profissionalização dos professores, uma vez que aos seus diplomados estaria assegurada a exclusividade do exercício de cargos de direção, orientação e supervisão no sistema estadual de educação, redigi um ensaio exploratório para ser apresentado no VII Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação, realizado em setembro de 2013, em Mariana.

Em continuidade à apresentação desse trabalho, que intitulei “Do interior para a capital: o caminho do aperfeiçoamento”, para enfatizar o paralelismo entre a profissionalização do professor e a urbanização da sociedade, elaborei um projeto de pesquisa para ser desenvolvido num estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esse estágio, sob a supervisão da professora Cynthia Greive Veiga, foi realizado nos anos de 2014 e 2015, em Belo Horizonte, junto ao Centro de Pesquisa em História da Educação (GEPHE). A posição ímpar da Escola de Aperfeiçoamento no cenário mineiro e nacional foi responsável pela grande quantidade de fontes levantadas, relativas a várias áreas do conhecimento. O período histórico conturbado de funcionamento da instituição, de 1929 a 1945, também contribuiu para revelar liames insuspeitados da escola com o contexto social.

Para este trabalho, selecionei um aspecto que considero muito relevante para a história da profissão docente no Brasil, qual seja, o papel da escola na profissionalização da professora mineira que apresento a seguir.

---

## A EA e o Movimento Reformista Mineiro

Uma das iniciativas mais notáveis da chamada “reforma Francisco Campos”, posta em curso em Minas Gerais na segunda metade da década de 1920, foi a criação da Escola de Aperfeiçoamento, doravante designada pela sigla EA, um curso pós-normal de dois anos de duração, destinado a professoras em exercício nas escolas públicas primárias daquele estado brasileiro. Para a constituição dessa Escola, foi previamente enviado pelo governo mineiro um grupo de professoras vinculadas à Escola Normal Modelo de Belo Horizonte para estagiar no *Teachers College* da Universidade de Columbia em Nova Iorque.

Para completar o corpo docente dessa instituição, posta a funcionar no início de 1929, foram contratadas professoras na Europa, indicadas pelo Instituto Jean Jacques Rousseau de Genebra. Dessa forma, tanto o movimento de renovação educacional liderado por John Dewey nos Estados Unidos como o experimentalismo pedagógico de Édouard Claparède, na Suíça, aportaram diretamente em solo brasileiro, graças à iniciativa da criação dessa instituição de ensino.

Por causa dessa Escola, a centralidade dada à atividade do educando no processo de ensino-aprendizagem, uma das principais características do escolanovismo que tomou corpo no início do século passado, passou assim a orientar os programas de formação inicial e continuada das professoras mineiras, redefinindo o quadro de disciplinas ministradas. Para além das implicações advindas dessa mudança de perspectiva na metodologia do ensino dos conteúdos tradicionalmente trabalhados nas escolas primárias, as áreas de conhecimento foram redimensionadas no currículo, valorizando-se as atividades que envolvessem explicitamente a livre expressão das crianças, como o desenho e a educação física, e que contribuíssem também para a extensão da atuação da escola na comunidade. Com a posse de Antonio Carlos de Andrada na presidência de Minas Gerais em setembro de 1926, a educação passaria a ser objeto de uma política pública explícita do estado mineiro, tendo em vista sua manutenção no poder para, eventualmente, galgar à presidência da República.

Na verdade, a EA constituía apenas o coroamento de todo um projeto de reforma educacional, iniciado com a posse de Francisco Campos como secretário do interior do governo do presidente Antônio Carlos, direcionado para atender as novas demandas postas pelas transformações que ocorriam na sociedade brasileira. Sem que esquecesse seu caráter alfabetizador (e, portanto, formador do eleitor válido), a escola primária era concebida para atender uma formação para o trabalho industrial, fabril ou artesanal e distante da labuta agrícola ou pastoril.

Muito embora o projeto reformista mineiro tenha sofrido um forte impacto com a crise econômica e política, a partir de 1929, tendo como uma de suas consequências mais importantes a inviabilização da candidatura de Antônio Carlos à presidência da República, e, devido à sintonia da Escola com as transformações em curso na sociedade brasileira, aceleradas em função do movimento político de 1930, com sua ênfase na industrialização e na modernização social e cultural, suas inovações tiveram forte repercussão no sistema educacional estadual. Funcionando autonomamente até janeiro de 1946, quando foi incorporada ao recém-criado Instituto de Educação de Minas Gerais, a Escola teve uma profunda influência na educação mineira, alterando as concepções e as práticas educativas postas em ação pelos docentes nas salas de aula das escolas primárias (FARIA FILHO; PEIXOTO, 2000).

A divisão de trabalho imposta pelo currículo da Escola de Aperfeiçoamento deixou a cargo das professoras vindas dos Estados Unidos as disciplinas de metodologia do ensino, enquanto as professoras europeias ficaram com as disciplinas mais teóricas, provocando, assim, uma certa tensão entre as defensoras dessas duas concepções pedagógicas. Assim, por exemplo, no Teachers College a psicologia era dada conjuntamente com as metodologias e aplicada distintamente a diversas matérias de ensino, enquanto no instituto de Claparède, em Genebra, a psicologia servia para fundamentar as metodologias referentes a todos os conteúdos. As professoras mineiras, com sua experiência semelhante de formação, tanto em Belo Horizonte com em Nova Iorque, levaram vantagem nessa disputa impondo a concepção norte-americana na Escola. Como a prática de ensino ministrada inicialmente nos grupos escolares de Belo Horizonte e, posteriormente, nas classes anexas à Escola, ficava a cargo das professoras de metodologia, essa maior interação entre professoras e alunas, aliada à facilidade de comunicação por falarem a mesma língua, acabou por consolidar em Belo Horizonte a *progressive education* difundida pelo Teachers College em todo mundo ocidental.

Discorrendo sobre a situação da área de psicologia na EA em 1930, Antipoff relata que das 150 alunas que ingressaram na EA, em 1929, apenas 70 cursariam o segundo ano na escola em 1930, conforme Miranda (2014, p. 17). O regulamento da EA era muito rigoroso, tanto no que se referia à disciplina, quanto à avaliação do aproveitamento. O regulamento de 1929 já advertia que “não poderá continuar no curso o aluno que não for promovido”, enquanto o de 1930, reafirmava que “nenhuma aluna poderá frequentar o curso por mais de um período letivo”, aduzindo ainda que

serão excluídas do curso as alunas que não obtiverem boa média de aplicação, aproveitamento e procedimento por dois meses consecutivos, bem como as que, durante o trimestre não houverem executado três quartas partes quer dos trabalhos práticos quer das aulas teóricas.

Uma correção de rumo importante explicitada por esse regulamento estabelece limites no que se refere à sua relação com a pesquisa e com a sociedade, restringindo sua autonomia. Em seu artigo 5º, dispondo sobre a “orientação pedagógica” da escola, afirma-se o primado da relação entre teoria e prática: “a Escola de Aperfeiçoamento nem se limitará a uma exclusiva preparação científica, nem somente à prática profissional, mas combinará uma e outra”. Todavia, as restrições presentes nos parágrafos desse artigo nos esclarecem sobre o que se pretendia corrigir: “os programas devem ser formulados no sentido de excluir teses de ordem puramente científica e remotamente úteis à técnica de ensino” (§ 1º) e “a Escola tem por fim transmitir e não elaborar ciência” (§ 2º). Nos parágrafos seguintes, procura-se amenizar essa determinação, admitindo-se que “poderão os professores, depois de bem discutida a proposta em reunião de professores e submetida pelo diretor às autoridades superiores, pôr em prática esta ou aquela investigação”, lembrando-se que, “de qualquer modo tais investigações serão em número restrito”.

Os parágrafos seguintes do mesmo artigo do regulamento re-freiam o processo de “socialização” da escola, regulando-se sua relação com a sociedade: “só se permitirão iniciativas, atividades e associações que tenham fundamentalmente por mira dar às alunas preparação profissional” (§ 5º), “todas as associações que se formarem devem basear-se nos princípios que regem as atividades extracurriculares, não podendo funcionar antes de aprovadas pela diretora social” (§ 6º) e “todas as associações destinam-se exclusivamente às alunas do estabelecimento, podendo estender-se às antigas alunas” (§ 7º). Como as “atividades extracurriculares” estavam a cargo de Amélia Monteiro de Castro, e como a figura de “diretora social” só aparece no regulamento nesse parágrafo, vemos aqui mais um indício de que a direção efetiva da escola estava sendo paulatinamente assumida por ela.

Se, no caso da relação da EA com a pesquisa científica, um dos motivos principais das limitações impostas foi a reação dos meios católicos às pesquisas de Antipoff, a regulamentação das relações da EA com a sociedade refletia as transformações pelas quais esta vinha passando. Repercutindo um movimento nacional, de 22 a 28 de junho de 1931, seria realizado o I Congresso Feminino Mineiro, com ativa participação de ex-alunas da primeira turma, como Leonilda Montandon, diretora de instrução no conclave. Esse Congresso liderado pela advogada Elvira Kommel, que havia organizado em Belo Horizonte um “batalhão feminino” durante o movimento revolucionário de 1930, passara a organizar, a partir de 1931, núcleos femininos da Legião de Outubro nos municípios mineiros. Como esse movimento, pretensamente criado para manter vivos os princípios que levaram à Revolução de 30 – “instrumento que se faz mister para a mobilização de todos os heroísmos e de todas as boas vontades em torno de um só pensamento: a reconstrução brasileira” - era liderado em Minas por Francisco Campos, atraiu muitas professoras do interior, já normalmente requisitadas como oradoras e secretárias em seus municípios.

Se a participação das professoras de Minas na Legião foi efêmera, devido à desarticulação e extinção do movimento no ano seguinte, melhor sorte teria sua organização como categoria profissional. Em outubro desse mesmo ano, “concretizando uma velha aspiração do magistério primário do Estado”, seria criada em Belo Horizonte a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG) que, apesar do nome, reuniu inicialmente “as professoras dos grupos escolares da Capital”, dentre elas alunas e ex-alunas da EA. As diplomadas pela EA, mesmo sendo nomeadas assistentes técnicas ou diretoras, continuavam sendo professoras primárias e, graças à sua ascendência sobre o professorado, ditaram os rumos dessa entidade por muitos anos. A convivência intensa por dois anos na EA solidificou amizades, despertou interesses comuns e afinidades ideológicas, que se manifestavam quando as ex-alunas se encontravam no trabalho ou na comunidade.

Apesar do conturbado momento político e social, que começaria logo com as eleições para presidente realizadas no início de março de 1930, nas quais Getúlio Vargas, candidato de Antônio Carlos, seria derrotado nas urnas, a EA continuaria a se consolidar em seu segundo ano letivo. Operando em instalações próprias, recebendo uma turma nova, com as classes anexas em pleno funcionamento, com novo regimento e com a direção da escola entregue à Amélia Monteiro, professora totalmente identificada com sua proposta, a EA daria um grande passo a partir de 1930 para se firmar definitivamente no cenário educacional, não só mineiro, como também nacional. Como o mandato do presidente Antônio Carlos só se encerraria em setembro daquele ano, a EA pouco seria afetada pela crise econômica mundial desencadeada em 1929, realizando a contento suas atividades. Anos mais tarde, um historiador da educação mineira caracterizaria assim esse período:

O último ano do governo do Sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi pleno de realizações em matéria educacional no Estado de Minas Gerais; O último trimestre desse ano, já sob o governo de Olegário Maciel, caracterizou-se pela revolução nacional, liderada por Minas, que pôs fim à primeira República do Brasil. O estadista da ilustre estirpe dos Andradas, dos tempos da Independência, quis, por assim dizer, compensar o seu Estado, por excelentes realizações no terreno da educação, da convulsão que preparara e estava prestes a desencadear (MOURÃO, 1962, p. 419).

---

## Uma escola de mulheres

Ao nos debruçarmos sobre a história da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, posta em funcionamento em março de 1929 e extinta em janeiro de 1946, chama logo nossa atenção a reiteração constante dos sobrenomes das pessoas com ela envolvidas, mulheres em sua grande maioria pertencentes à tradicional família mineira. Assim, por exemplo, Maria de Oliveira Prates, autora do primeiro trabalho acadêmico abrangente, tendo a EA por objeto, não hesitou em entrevistar sua mãe, Violeta Penido de Oliveira, na condição de ex-aluna da Escola. Sua dissertação, publicada em 1989, tem se constituído, desde então, numa fonte indispensável, em particular por estar recheada por depoimentos de professoras que foram protagonistas fundamentais de sua história. Sua caracterização dessas mulheres, normalistas, é taxativa: “eram a ala feminina das famílias que compunham as oligarquias regionais e a elite intelectual mineira” (PRATES, 1989, p.112).

Por sua vez, mulher e família nos remetem imediatamente, na Minas Gerais da primeira metade do século passado, ao catolicismo dominante na região, concretizado nas congregações das igrejas e nas escolas confessionais femininas. Lançada em desafio

à ordem vigente, tal como foi, aliás, a reforma de ensino empreendida pelo presidente Antônio Carlos, o governador do Estado na época, a EA passou por confrontos e acomodações com a Igreja Católica, numa trajetória própria de duas instituições em busca de renovação. O resultado desse embate foi amplamente favorável à Igreja: manteve a hegemonia religiosa na região, ampliou o número de estabelecimentos confessionais e modernizou o ensino em suas escolas. Entretanto, coube à EA assumir uma posição de vanguarda na difusão da Escola Nova no Brasil e inaugurar uma tradição de pesquisa educacional que seria perpetuada em Minas Gerais por instituições educacionais nela inspiradas.

Arquitetada como uma escola pós-normal, a EA veio satisfazer aos anseios femininos por uma educação superior livre dos constrangimentos sofridos pelas mulheres nas faculdades, então quase que exclusivamente masculinas. É verdade que, socialmente, o curso normal das moças equivalia às habilitações obtidas nas faculdades pelos rapazes, sendo ambos concluintes considerados formados. Inadvertidamente, Cyro dos Anjos, lembrando seus tempos de *ghost-writer* de políticos mineiros, insistentemente chamados a paraninfar turmas de formandos, incluiu as professoras no rol dos que o obrigavam a escrever discursos a serem proferidos nessas solenidades:

Médicos, bacharéis, engenheiros, odontólogos, farmacêuticos, agrônomos, economistas, *normalistas*, eu gostaria de torcer-vos o pescoço, quando, ao deixardes as faculdades, o birô me mandava compor um hino à vossa profissão e desejar-vos venturas, êxitos, vitórias! (ANJOS, 2010, p. 584, ênfase nossa).

Detentoras da hegemonia no ensino primário desde a criação dos grupos escolares, por João Pinheiro, as professoras iam paulatinamente ocupando os cargos de direção das escolas e inspeção do ensino primário e normal em Belo Horizonte, viabilizando, assim, uma carreira docente para as mulheres. A criação

da EA significou para elas a oportunidade de obter a certificação legal para progredir nessa carreira, antes da instalação dos cursos superiores de pedagogia, todos, os quais, aliás, de uma forma ou de outra, herdeiros do curso de aperfeiçoamento. Apesar desse processo de profissionalização encontrar obstáculos intransponíveis fora da capital, mormente nas pequenas cidades, a EA, como escola de mulheres para mulheres, exerceria um papel fundamental na luta por melhores condições de trabalho para as professoras, contribuindo significativamente para a emancipação feminina em Minas Gerais.

Plantada na jovem e moderna Belo Horizonte, a EA iria usufruir essas qualidades da cidade, identificando-se com seu dinamismo. As transformações desejadas no Estado, que motivaram a mudança da capital cerca de trinta anos antes e que vinham sendo experimentadas na urbe, encontraram, na educação, uma poderosa via de difusão, como se a cidade se expandisse para ocupar todo o território mineiro, a modo de se transmutar numa Grande Belo Horizonte. A EA, ao reunir professoras do interior e da capital em torno de uma nova proposta educacional, praticava um modelo a ser seguido e aplicado em toda as escolas de Minas Gerais. Como um fractal, a nova estruturação do ensino primário, baseada nos princípios escolanovistas, foi concebida para ser replicada em qualquer dimensão escolar, almejando inclusive se realizar em escala nacional. Caberia à EA fornecer os quadros técnicos necessários para conformar a reforma aos moldes projetados, colocando em marcha o conjunto do sistema.

Se a reforma de ensino, imposta autocraticamente de cima para baixo por Francisco Campos, acompanhando o *modus operandi* da política oligárquica, iria logo ser descaracterizada pelas alternâncias do poder, a EA manteve uma autonomia suficiente para ser reconhecida como tendo características próprias. Comentando na abertura do ano letivo de 1939 os dez anos de funcionamento da EA, Helena Antipoff afirmou que uma escola “merece este

nome quando é capaz de imprimir nos seus alunos, e nas obras destes, um cunho espiritual *sui generis*” (ANTIPOFF, 2002, p. 215). A seguir, para demonstrar que este era o caso da EA, Antipoff assinala a presença desse “espírito”, cuja introdução a ela muito devia, em suas classes anexas, na Escola Normal Modelo, no Instituto Pestalozzi, no Abrigo de Menores, no Departamento de Educação, na Rádio Inconfidência e nos grupos escolares onde operavam suas ex-alunas, refletindo os ensinamentos de uma “*alma mater comum*”.

Incontestavelmente, a possibilidade de transformação das alunas em discípulas e a conseqüente abertura para a formação de pesquisadoras, foi a marca distintiva da EA, viabilizando a reprodução do “espírito que orientou sua organização: o de fazer o ensino do ponto de vista experimental” (PEIXOTO, 1983, p. 112).

Trazendo no próprio nome, Escola de Aperfeiçoamento, uma velada crítica ao ensino primário ministrado em Minas Gerais, seu estabelecimento estava de acordo com a eugenia característica de época, que almejava o melhoramento do homem brasileiro, processo no qual a educação desempenhava um papel fundamental. Por isso, como aliás em toda a reforma do ensino implementada pelos pioneiros da educação nova, a ênfase no urbano, na vida citadina, e o descarte da vida rural, espaço de onde todos um dia migraram e para o qual sonhavam voltar. Romantizada e idealizada, matéria ficcional de livros didáticos, a vida rural continuaria, porém, a fornecer as metáforas prediletas utilizadas para o entendimento dos objetivos da reforma. A árvore com o tronco imponente solidamente enraizado na terra que simbolizava a EA, “árvore da mitologia grega que ungia com seu aroma e com sua resina os transeuntes que por ela passavam, tornando-os lúcidos e fortes”, segundo interpretou Lúcia Casasanta (SOUZA, 1984, p. 49), era a mesma “árvore frondosa e forte que será o esteio futuro da nossa grande e querida pátria”, exaltada por um assistente técnico de ensino na época (PARADAS, 1933, p. 59).

O ideal de uma escola primária única para o “filho do branco e do preto”, como é bem resolvido na canção “Morro Velho” de Milton Nascimento, contribuía para encaminhar uma solução para a tensão entre centro e periferia, distinção claramente delineada no plano urbanístico da cidade e que já se acirrava em Belo Horizonte. Começar a regeneração da população pela criança, não só pela sua suposta inocência e pureza, mas também como vetor de moralização e higienização das famílias, coadunava-se perfeitamente com a centralidade da criança no processo educativo preconizada pela Escola Nova. A “socialização” dos resultados da escolarização na comunidade completava o projeto de civilizar a sociedade ao modo dos países ocidentais. Outras características do escolanovismo, como a atividade e a liberdade da criança, a coeducação infantil e a valorização da natureza, evocando a vida no campo, também presentes na reforma, foram objeto de atenção na EA, que inovaria também pela flexibilidade adotada em seu currículo.

Como se sabe, a reforma do ensino mineira, avaliada por indicadores de escolarização, a começar da taxa de analfabetismo, pouco se afastou do famigerado fracasso escolar brasileiro, caracterizado pelas altas taxas de evasão, baixa qualidade de ensino e flagrante seletividade socioeconômica da educação escolar. No balanço da reforma em geral, não há dúvida sobre o diminuto alcance da reforma em cumprir as metas proclamadas pelo governo para a escola primária, apesar de se reconhecer a forte perturbação que provocou na educação e na sociedade mineira. De fato, não se podem limitar os efeitos das reformas de ensino apenas ao âmbito educacional, aos alunos e professores, às autoridades educacionais, ou mesmo às famílias dos alunos. Como instituição social moderna, a escola está presente no imaginário de todos, especialmente quando sua criação e desenvolvimento caminham *pari passu* com o processo de urbanização da sociedade, tornando-a um equipamento essencial das cidades.

A escola não começa e nem termina com o toque da sineta: fora desse intervalo ela continua presente nas horas de estudo dos alunos e professores, nas preocupações dos legisladores e dirigentes do ensino, no olhar dos transeuntes. Por causa disso, a ação do Estado, ao encaminhar os assuntos educacionais, extravasa o âmbito escolar, exercendo sua influência em outros setores, como é bem ilustrado pelo caso da merenda na alimentação ou do transporte escolar no trânsito da cidade, sem falar em seu amplo envolvimento na elaboração da cultura local. Podemos dizer que o processo de escolarização afeta, de uma maneira ou de outra, o conjunto da população de uma determinada comunidade, tanto no presente como no futuro. Nesse sentido, a atuação da EA em seus dezesseis anos de funcionamento, como peça fundamental da ação educacional do Estado mineiro nesse período, imprimiu marcas indeléveis na sociedade mineira. A contribuição da Escola, conjuntamente com sua reconhecida influência em diversos aspectos da cultura mineira, credencia-a como verdadeiro patrimônio imaterial da educação em Minas Gerais.

Se pode constatar facilmente a influência institucional da EA sobre a educação de Minas Gerais e mesmo de outros Estados brasileiros pelos cursos e estágios oferecidos a professoras de outras regiões, além das frequentes visitas feitas pelas mais diversas autoridades educacionais à EA durante seu funcionamento, constitui uma empreitada muito mais complexa detalharmos o seu alcance efetivo na educação mineira. Os abundantes indícios oferecidos pelos nomes de ex-alunas da Escola orgulhosamente ostentados nas fachadas de educandários e repartições públicas das cidades de diversas regiões do Estado, mais nas Minas do que nos Gerais, somente nos revelam sua presença na comunidade como professoras e diretoras de escolas públicas e privadas. Dada a majoritária extração de classe das alunas da EA, muitas vezes essas homenagens expressam apenas uma cortesia circunstancial das elites locais, não implicando necessariamente alguma contribuição relevante para o ensino na cidade.

Um levantamento pormenorizado baseado nas cidades de procedência das alunas da EA ficou prejudicado pelo desaparecimento do patrimônio material da Escola no incêndio que irrompeu no Instituto de Educação no início de setembro de 1953. Além de destruir os arquivos da escola, o incêndio atingiu as três bibliotecas do Instituto, transformando em cinzas preciosos livros, documentos e relatórios de pesquisa. De qualquer modo, seria necessária a consulta aos arquivos locais para se realizar um levantamento minucioso da atuação das alunas egressas da Escola. Todavia, pudemos constatar a ingerência política na escolha das professoras, o desejo de atingir o maior número possível de municípios e uma certa proporcionalidade demográfica na definição do número de professoras de cada região por parte do governo. Pelo seu maior valor reprodutivo, foram também privilegiadas cidades que contavam com escolas normais oficiais como Uberaba, Juiz de Fora, Dolores de Indaiá, Ouro Fino, etc.

Cumpramos ressaltar que, para a realização das pesquisas que deram origem a este trabalho, recorreremos ao rico acervo de documentos do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, aos periódicos digitalizados da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e à sua preciosa coleção “mineiriana”. Na Universidade Federal de Minas Gerais, além de suas numerosas bibliotecas, consultamos o Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação e o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, na Biblioteca Central. A busca de dados foi complementada por visitas à biblioteca da Magistra – Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, e ao arquivo e biblioteca do Instituto de Educação de Minas Gerais. O acesso a arquivos virtuais e blogs disponíveis na internet, outro caminho percorrido durante a pesquisa, forneceu valiosas pistas, tanto para dirimir dúvidas, como para sugerir linhas de investigação.

O acúmulo de dados permitirá que procuremos preencher as lacunas e esclarecer os equívocos que encontramos na já vasta historiografia referente à EA, localizando a origem de citações e remetendo o leitor às fontes primárias. Nesse sentido, publicaremos, em 2019, o livro *A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte*, que poderá ser útil como uma espécie de guia de fontes para a história da EA, de modo a que suas omissões, obscuridades e enganos possam ser elucidadas. No prefácio ao livro de José Murilo de Carvalho sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, Francisco Iglésias afirma que essa instituição de ensino e o Colégio do Caraça tiveram “importância decisiva na vida de Minas Gerais” (IGLÉSIAS, 2002, p. 15).

Ainda que o historiador se reporte primordialmente ao período imperial, época na qual essas escolas, essencialmente masculinas, foram estabelecidas, há aí um evidente descaso para com a educação da mulher em Minas. Esperamos que o desenvolvimento destes estudos possa contribuir para preencher minimamente essa falta.

---

## Referências

ANDRADE, Moacyr. *República Decroly*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

Anjos, Cyro dos. *A menina do sobrado*. São Paulo: Globo, 2010.

ANTIPOFF, Helena. O educador em face da criança. In: Campos, Regina Helena de Freitas (org.). *Helena Antipoff: textos escolhidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal da Psicologia, 2002.

BARROS, Vanda Terezinha Medeiros de. *A renovação educacional sob as bênçãos católicas: um estudo sobre a aliança Estado/Igreja em Minas Gerais (anos 1920/1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BICCAS, Maurilane de Souza. Reforma Francisco Campos: estratégias de formação de professores e modernização da escola mineira (1927-1930). In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). *Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

FARIA FILHO, L. M.; PEIXOTO, A. M. C. (org.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. Apresentação. In: CARVALHO, José Murilo. *A escola de Minas de Ouro Preto*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

KULESZA, Wojciech Andrzej. *A escola de aperfeiçoamento de Belo Horizonte*. Curitiba: Appris, 2019.

MIRANDA, Rodrigo Lopes. *O laboratório de psicologia da escola de aperfeiçoamento de professores de Belo Horizonte: diálogos entre psicologia e educação (1929-1946)*. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta*. Florianópolis: UFSC/CCE, 2000.

MOURÃO, Paulo Kruger Correa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da república*. Belo Horizonte: CRPE, 1962.

PARADAS, José Maria. A Escola Nova. *Revista do Ensino*, n. 79, jan. 1933.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A reforma educacional Francisco Campos: Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMG. Belo Horizonte, 1983.

PRATES, Maria Helena Oliveira. *A introdução oficial do movimento da Escola Nova no ensino público de Minas Gerais: a escola de aperfeiçoamento*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1989.

RABELO, Rafaela Silva; VIDAL, Diana Gonçalves. A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores. *Cadernos de História da Educação*, v. 18, n. 1, p. 208-220, jan./abr. 2019.

SOUZA, Angela Leite de. *Lúcia Casasanta: uma janela para a vida*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

Data de submissão: 20/09/2019

Data de aprovação: 20/10/2019